

recur sos

*Luiz Fernando
Valladão Nogueira*

e proc edime ntos

*nos tribunais
no código de processo civil*

5ª edição

recur
sos
e
proc
edime
ntos

nos tribunais

no código de processo civil

recur sos

*Luiz Fernando
Valladão Nogueira*

e proc edime ntos

*nos tribunais
no código de processo civil
5ª edição*



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Luiz Fernando Valladão Nogueira.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues
Enzo Zaquae Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão.

Recursos e procedimentos nos tribunais no código de processo civil -- 5 ed.
rev. ampl. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-80444-05-2

1. Direito. 2. Processo Civil. I. Título. II. Luiz Fernando Valladão Nogueira

CDU347.9

CDD340

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Enquanto apaixonado pela advocacia e pela família, vejo-me à vontade para declarar o amor sincero ao meu querido pai, Marcio Nogueira, professor de várias gerações de profissionais do Direito e autêntico advogado de trincheira. Não por outras razões, trago, agora, forte no coração e na lembrança, o sorriso saudoso e fácil de minha amada mãe, Maria Helena, também advogada quando por aqui esteve. E, com muita alegria, dedico a presente obra à doce Carol e aos cativantes e lindos filhos, Mariana e Mateus.

NOTA DO AUTOR

O Novo código processual, ao adotar certa preponderância dos princípios, via de regra marcados por cláusulas abertas, gera ampliação no poder detido pelo magistrado de fazer opções interpretativas.

Com efeito, ao mesmo tempo em que estabelece inexistir hierarquia entre as fontes de Direito, o legislador processual estimula, agora, a observância aos princípios. E, a tal propósito, adota alguns, expressamente, dentre eles os da “dignidade humana”, “razoabilidade” e “proporcionalidade”.

É de convir-se que expressões subjetivas, do naipe das que foram acima enunciadas, autorizam decisões que, a pretexto de homenagear os princípios, vêm carregadas de valores e preferências dos magistrados que as proferem.

A referida situação é capaz de trazer insegurança jurídica, na medida em que as leis, de certa forma, serão interpretadas ao sabor dos valores, incluindo-se aí os preconceituosos e de conveniência, de cada magistrado.

Pois bem, a partir daí é que se destaca o papel, no novo sistema processual, dos recursos e procedimentos nos tribunais, tema abordado pelo presente trabalho.

É que a jurisprudência, também fonte do Direito, é desenhada pelos tribunais. E, como o novo código abraçou critérios de interpretação mais subjetivos, a jurisprudência foi eleita como o instituto moderador desse poder mais amplo do magistrado.

Assim é que o legislador fixou, como norte a ser seguido, a estabilização da jurisprudência. Vale dizer que, uma vez prevalente determinada interpretação no âmbito dos tribunais, por mais subjetiva que se revele, é preciso que ela seja uniforme.

A fim de dar concretude ao sistema idealizado, criou-se, por exemplo, efeito vincutivo amplo às decisões proferidas em recursos

repetitivos, o mesmo acontecendo com os enunciados provenientes de incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência. E, além de permitir decisões sumárias por juízes ou relatores em casos já pacificados por tais mecanismos, o novo código facultou ao eventual prejudicado a utilização da reclamação, instituto a ser manejado diretamente no tribunal responsável pela pacificação.

Não é exagerado dizer, nesse panorama, que, mais do que reexaminar decisões, os tribunais, doravante, serão responsáveis pela criação de comportamentos. Ora, na medida em que suas decisões ganham força vinculativa além dos interesses das partes, os tribunais, sem dúvida, estarão a ditar regras, tal qual já o faz o Poder Legislativo.

Esse novo papel dos tribunais será estimulado, naturalmente, por meio dos recursos e procedimentos inaugurados pelas partes e interessados. O objetivo do presente trabalho é, exatamente, trazer alguma contribuição na análise dos institutos que compõem o sistema escolhido pelo legislador.

Espera-se que o roteiro adotado pelo novo código traga, de fato, previsibilidade e segurança jurídica. O tempo, certamente, dirá!

De nossa parte, valendo-nos da experiência das salas de aula e da advocacia exercida diariamente nos tribunais, não nos furtamos ao debate e apresentamos, agora, o presente trabalho à comunidade jurídica.

Boa leitura!

Luiz Fernando Valladão Nogueira
Autor

SUMÁRIO

1. OS PRINCÍPIOS E AS DEMAIS FONTES DO DIREITO	17
1.1. Conceitos Gerais.....	17
1.2. Princípios Adotados pelo Novo CPC.....	19
1.3. Princípios adotados pelo NCPC, quanto aos Recursos e Procedimentos nos Tribunais.....	36
2. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	43
2.1. Conceito.....	43
2.2. Atos sujeitos a recursos.....	44
2.2.1. Os atos processuais	44
2.2.2. Os atos judiciais.....	45
2.2.3. Atos judiciais sujeitos a recursos	48
2.3. Classificação dos recursos quanto à finalidade.....	51
2.4. O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito.....	52
2.4.1. Admissibilidade do recurso.....	52
2.4.2. Juízo de mérito.....	57
2.5. Pressupostos de admissibilidade.....	58
2.5.1. Legitimidade recursal.....	59
2.5.2. Interesse recursal	66
2.5.3. Tempestividade	68
2.5.4. Adequação.....	72
2.5.5. Regularidade formal.....	74
2.5.6. Preparo.....	75
2.6. Sucumbência Recursal.....	78
2.7. Os Efeitos dos Recursos. obtenção excepcional do efeito suspensivo e da antecipação da tutela recursal.....	81

2.8. Recurso Adesivo.....	87
2.9. Recurso: Desistência e Renúncia.....	89
2.10. Recurso: Alcance da Decisão e o Litisconsórcio.....	91
2.11. Técnica de Julgamento nas Hipóteses de Divergência.....	92
3. APELAÇÃO	99
3.1. Conceito e Adequação.....	99
3.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade na Apelação.....	100
3.2.1. Tempestividade.....	100
3.2.2. Regularidade formal.....	100
3.3. Efeitos da Apelação.....	100
3.3.1. Efeito suspensivo.....	100
3.3.2. Efeito devolutivo.....	105
3.4. Processamento da Apelação.....	109
3.4.1. Procedimento em 1ª instância.....	109
3.4.2. Procedimento em 2ª instância.....	110
3.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal na apelação.....	111
4. AGRAVO DE INSTRUMENTO	113
4.1. Conceito e Adequação (hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento – Art. 1015 NCPC).....	113
4.1.1. Mandado de segurança contra decisão interlocutória – Limitação após posicionamento do STJ sobre o art. 1015 CPC.....	125
4.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade do Agravo.....	127
4.2.1. Tempestividade.....	127
4.2.2. Regularidade formal.....	127
4.3. Efeitos e Procedimento do Agravo de Instrumento.....	128
4.3.1. Efeitos – devolutivo/translativo e suspensivo.....	128
4.3.2. Procedimento.....	133
4.3.2.1. Juízo de Retratação.....	134
4.3.2.2. Recorribilidade da decisão sobre efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal.....	135
5. AGRAVO INTERNO	137
5.1. Conceito e Adequação.....	137
5.1.1. Julgamentos colegiados.....	137
5.1.2. Finalidade do agravo interno e a decisão monocrática.....	138

5.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	138
5.2.1. Tempestividade.....	138
5.2.2. Regularidade formal.....	138
5.3. Efeitos e Procedimento do Agravo Interno.....	139
5.3.1. Efeitos.....	139
5.3.2. Procedimento.....	139
6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS	143
6.1. Conceito e Adequação – omissão, obscuridade, contradição e erro material.....	143
6.1.1. Conceito e justificativa dos embargos declaratórios.....	143
6.1.2. Cabimento –“Qualquer decisão judicial”.....	146
6.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	147
6.2.1. Tempestividade.....	147
6.2.2. Regularidade formal.....	147
6.2.3. Inexigibilidade de preparo.....	147
6.3. Efeitos dos Embargos Declaratórios.....	147
6.3.1. Efeitos.....	147
6.3.2. Obtenção excepcional do efeito suspensivo.....	148
6.4. O Efeito Modificativo ou Infringente.....	148
6.5. Efeito Interruptivo do Prazo a Outros Recursos e Embargos Protelatórios.....	149
6.5.1. Interrupção do prazo.....	149
6.5.2. Multa e intuito manifestamente protelatório.....	151
6.6. Os Embargos Declaratórios e a Reiteração do Recurso já Interposto.....	151
6.7. O Procedimento dos Embargos Declaratórios.....	152
7. RECURSO ORDINÁRIO	155
7.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	155
7.2. Efeitos e Procedimento.....	156
8. RECURSO ESPECIAL	159
8.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	159
8.2. Pressupostos Específicos de Admissibilidade – Matéria Jurídica, Prequestionamento e Esgotamento das Instâncias Ordinárias. Nova Flexibilização.....	160
8.2.1. Pressupostos específicos de admissibilidade.....	160

8.2.2. Afastamento da jurisprudência defensiva – Atenuação no rigor dos pressupostos de admissibilidade.....	161
8.2.3. Flexibilização do questionamento.....	164
8.2.4. Fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário.....	168
8.3. Regularidade Formal.....	170
8.4. Efeitos do Recurso Especial.....	171
8.4.1. Efeitos.....	171
8.4.2. Efeito translativo.....	171
8.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo.....	173
8.4.4. Obtenção excepcional da antecipação da tutela recursal.....	175
8.5. Procedimento.....	176
9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	179
9.1. Conceito e Adequação.....	179
9.2. Repercussão Geral e Demais Pressupostos.....	180
9.3. Recurso Extraordinário e Julgamento com Modulação.....	182
10. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	183
10.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	183
10.2. Efeitos, Regularidade Formal e Procedimento.....	184
11. INCIDENTES E PROCEDIMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS: ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E RECURSOS ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS	187
11.1. Princípio da Estabilidade da Jurisprudência e Algumas Especificidades.....	187
11.2. Assunção de Competência.....	189
11.2.1. Cabimento.....	189
11.2.2. Vinculação.....	190
11.2.3. Procedimento.....	190
11.3. Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.....	191
11.3.1. Cabimento.....	191
11.3.2. Procedimento e vinculação.....	192
11.4. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	193
11.4.1. Cláusula de reserva de plenário.....	193
11.4.2. Procedimento e vinculação.....	194

11.5. Os Recursos Especial e Extraordinários Repetitivos.....	196
---	-----

12. RECLAMAÇÃO **199**

12.1. Natureza Jurídica.....	199
12.2. Reclamação antes do NCPC.....	199
12.3. Cabimento.....	202
12.3.1. Preservação da Competência.....	203
12.3.2. Preservação da Autoridade das Decisões.....	204
12.3.3. Observância de Súmula Vinculante e Decisão em Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	205
12.3.4. Observância de Decisão em IRDR e Assunção de Competência.....	208
12.3.5. Observância das Decisões em RE e REsp repetitivos e com Repercussão Geral reconhecida.....	209
12.3.6. Situação específica das Turmas Recursais.....	212
12.4. Legitimidade.....	214
12.5. Procedimento.....	215
12.6. Prazo.....	218
12.7. Coexistência com Recurso.....	219
12.8. Recursos Cabíveis.....	220
12.9. Conclusão.....	220

13. A AÇÃO RESCISÓRIA **221**

13.1. A Coisa Julgada.....	221
13.1.1. Relevância e conceito.....	221
13.1.2. Coisa julgada material e formal. Preclusão. Distinções relevantes.....	226
13.1.2.1. Coisa Julgada Formal.....	226
13.1.2.2. Preclusão.....	227
13.1.3. Coisa julgada e sua eficácia. Rediscussão vedada. A relativização.....	229
13.1.4. A coisa julgada e os atos judiciais. Sentença, acórdão, decisão monocrática e decisão interlocutória de mérito.....	233
13.1.5. Os limites objetivos da coisa julgada.....	235
13.1.6. Os limites subjetivos da coisa julgada.....	236
13.2. Ação Rescisória. Conceito e Cabimento.....	239
13.2.1. Conceito.....	239
13.2.2. Cabimento.....	241
13.3. Ação Rescisória e Competência.....	247

13.4. Ação Rescisória e a Sentença dada por Prevaricação, Concussão ou Corrupção do Juiz.....	253
13.5. Rescisória e Juiz Impedido ou Absolutamente Incompetente.....	255
13.6. Rescisória e as Hipóteses de Dolo, Coação, Simulação e Colusão.....	257
13.7. Rescisória e a Ofensa à Coisa Julgada.....	261
13.8. Rescisória e a Decisão que “Violar Manifestamente Norma Jurídica”.....	264
13.9. A Rescisória e a Falsidade da Prova.....	268
13.10. A “Prova Nova” e a Rescisória.....	271
13.11. A Rescisória e o “Erro de Fato”.....	274
13.12. As Partes na Ação Rescisória.....	277
13.13. A Petição Inicial da Ação Rescisória.....	282
13.14. O Processamento da Ação Rescisória.....	286
13.15. O Julgamento da Ação Rescisória.....	288
13.16. O Trânsito em Julgado e o Prazo Decadencial.....	291
13.17. Efeito Suspensivo e a Ação Rescisória.....	297
13.18. Institutos Similares: Ação Anulatória (Art. 966 §4º NCPC) e a Querela Nullitatis.....	303
13.18.1. Ação anulatória.....	303
13.18.2. Ação querela nullitatis.....	307

14. REMESSA NECESSÁRIA. ASPECTOS RELEVANTES E ALTERAÇÕES DO CPC/15

311

14.1. Conceito e justificativa. Princípios. Duplo grau de jurisdição e a fazenda pública.....	311
14.2. Base legal e atos judiciais sujeitos à remessa necessária.....	312
14.3. Hipóteses de cabimento. Interpretação analógica X restritiva. Hipóteses de dispensa (aspectos qualitativo e quantitativo).....	317
14.4. Limites do efeito devolutivo na remessa necessária.....	323
14.5. Especificidades derradeiras e conclusão.....	324

15. SUSTENTAÇÃO ORAL

327

15.1. Considerações Iniciais.....	327
15.2. As Hipóteses de Cabimento de Sustentação Oral. Normatização do Tema.....	327

15.3. O Conteúdo da Sustentação Oral.....	330
15.4. Postura e Procedimento:	
o Advogado e a Sustentação Oral.....	333
15.4.1. Princípios a serem observados.....	333
15.4.2. Etapas e critérios.....	334
15.4.3. Erro material no voto proferido e sua imediata arguição pelo orador. Arguição posterior por embargos declaratórios.....	336
15.5. Conclusão.....	336

REFERÊNCIAS**339**

os princípios e as demais fontes do direito • teoria
geral dos recursos • apelação • agravo de instrumento
• agravo interno • embargos declaratórios • recurso
ordinário • recurso especial • recurso extraordinário •
embargos de divergência • incidentes e procedimen-
tos de uniformização nos tribunais • reclamação •
a ação rescisória • sustentação oral • remessa necessária

indicado
para *alunos*
professores
profissionais

